

Os moradores de rua em São Paulo e suas relações com o mundo do trabalho

*Marisa Borin**

Resumo

Este artigo apresenta uma análise sobre as relações que os moradores de rua da cidade de São Paulo têm com o trabalho, enquanto meio essencial para a sobrevivência social humana.

Como referência de análise, é feita uma reflexão sobre a complexa relação entre trabalho e ser social, contextualizada a partir das transformações ocorridas no mundo do trabalho desde as últimas décadas do século XX até os dias atuais.

Palavras-chave: população de rua; trabalho informal; desigualdade social.

Abstract

The objective of this article is to analyze the relationship that homeless people living in the streets of the city of São Paulo have with labor, viewed as an essential means to human social survival.

A reflective work about the complex relationship between labor and social being is used as a reference of analysis, contextualized by the transformations that have occurred in the labor world since the last decades of the 20th century till the present day.

Key-words: homeless people; informal labor; social inequality.

* Marisa do Espírito Santo Borin é doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: marisaborin@terra.com.br

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as relações dos moradores de rua¹ da cidade de São Paulo com o mundo do trabalho, contextualizando-o a partir das transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX e nos anos iniciais do século XXI.

Nosso ponto de partida se baseia na idéia de que o indivíduo se forma e se transforma no trabalho e nas relações sociais do trabalho. O trabalho é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Dessa forma, é a categoria fundante do mundo dos homens. “É no e pelo trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência humana sem trabalho” (Lessa, 2002).

A existência social, porém, segundo o referido autor, é muito mais que trabalho. O próprio trabalho é uma categoria social, ou seja, apenas pode existir como parte de um quadro composto, no mínimo por ele e pela sociabilidade (o conjunto das relações sociais): “A relação dos homens com a natureza requer, com absoluta necessidade, a relação entre os homens”.

Assim, a vida social contém, além dos atos de trabalho, uma enorme variedade de atividades voltadas para atender às necessidades criadas no desenvolvimento das relações dos homens entre si, cujas atividades sempre se articulam ao trabalho. Como nos diz Palangana (1998),

Os traços, os caracteres físicos e psíquicos são deste ou daquele indivíduo, porque são sociais, ou seja, porque pertencem aos homens de uma determinada época e lugar. Assim sendo, a individualidade é,

¹ Entende-se por moradores de rua “um segmento de baixíssima renda que, por contingência temporária ou de forma permanente, está habitando nos logradouros públicos da cidade (praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto), áreas degradadas (galpões e residências abandonadas, edifícios em ruínas, carcaças de veículos, etc) ou ainda, eventualmente, pernoitam em albergues públicos ou privados em “camas quentes”. Portanto, o lugar de pernoite é tomado como indicador da condição de rua, em que reflete o conjunto de privações e dificuldades presentes nessa condição” (Simões Jr.,1992).

inseparavelmente, social e individual, objetiva e subjetiva, fundada no modo como a sociedade se organiza, produz, se relaciona e na espécie de poder instituído.

Essa idéia reforça o entendimento de que o trabalho apenas existe no interior do ser social, sendo uma categoria exclusiva do mundo dos homens. Em outras palavras, o trabalho é sempre parte de uma totalidade social e por isso ele se apresenta na reprodução da sociedade como um “processo de trabalho” que é a totalidade de todos os atos de trabalho singulares dos indivíduos concretos.

No entanto, as transformações do trabalho, sua crescente diferenciação e diversidade internas nos levam a indagar se o crescimento do setor dos serviços, o desenvolvimento das comunicações e a automação estão apontando para uma nova era, distinta daquela dos homens com o trabalho; estamos vivendo o fim da “sociedade de trabalho”?

Não é nosso objetivo aqui aprofundar essa discussão. Ela está posta como referência para contextualizar o momento pelo qual passam as sociedades nacionais e mundiais e, em especial, as sociedades globais, como é o caso de São Paulo, que vem reestruturando o cenário do trabalho ante as novas exigências do mercado internacional e local e que traz novas determinações para a vida social de seus cidadãos.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho

As mudanças históricas que influenciaram a reestruturação do trabalho se dão a partir da década de 1980, quando se observa uma intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas que se convencionou chamar de *globalização*. Para alguns autores, esse fenômeno não é de todo inédito na história, mas a escala e a velocidade em que ocorre hoje mudam a sua natureza e o tornam peculiar.

Um de seus traços mais marcantes é a presença de empresas transnacionais, que diferem, em muito, das corporações multinacionais típicas dos anos 60 e 70, constituindo um fenômeno novo, segundo Dupas (2001).

As empresas transnacionais não só visam atingir um mercado consumidor global como o fazem utilizando mão-de-obra, tecnologia e matérias-primas existentes em todo o mundo da forma mais eficiente possível. Ao contrário das multinacionais, que tendiam a reproduzir as relações de trabalho observadas em suas matrizes, as transnacionais, além de fabricarem diferentes partes do produto em diferentes países, fazem-no sob contratos variados de trabalho. Onde é conveniente, utilizam mão-de-obra familiar e pagam por peça; outras vezes, contratam nos moldes convencionais de trabalho, ou seja, com estabilidade, benefícios e garantias. Em outros países, preferem utilizar mão-de-obra em tempo parcial, com contratos mais precários ou terceirizando parte de suas atividades; ao fazê-lo, transferem para terceiros a responsabilidade de contratação e das relações com trabalhadores, que, de outra forma, estariam sob sua ordem e responsabilidade (ibid.).

Essas grandes alterações na lógica da produção global, no entanto, não têm impactos somente em nível macroeconômico. Elas invadem também a esfera individual ao modificar valores e padrões há muito sedimentados, configurando-se aí uma das principais raízes do sentimento de insegurança que começa a se generalizar e que está subjacente à preocupação com a “exclusão social”, fortemente ligada às mudanças acarretadas no mercado de trabalho.

De fato, não podemos negar que o atual padrão de acumulação do capital na era das tecnologias da informação vem transformando, de forma rápida e profunda, o conceito de ocupação. É visível a formação de um novo “paradigma” de emprego, mais flexível, precário, irregular e desprovido de estabilidades contratuais.

Nas sociedades ocidentais, essa mudança de padrão de trabalho tem causado muito pavor, embora a proteção do Estado seja vista como o amparo das garantias sociais. Será que, no Brasil, a sensação de exclusão tem a mesma natureza daquela experimentada pelos cidadãos da França, da Alemanha e da Espanha, como exemplos?

Segundo Dupas (ibid.), os impactos do processo de globalização não são iguais, mesmo no âmbito dos vários países desenvolvidos. Por exemplo, nos diz o autor, o desemprego parece ser muito mais um problema da Europa continental do que dos Estados Unidos ou da Inglaterra. Por outro lado, ao se analisarem os países da periferia,

questões adicionais se colocam. É preciso responder, em primeiro lugar, se a grande incidência de relações precárias de trabalho e o aumento do desemprego que hoje observamos, por exemplo, em nosso país, decorrem das grandes transformações pelas quais o mundo vem passando ou são produto de anos de crescimento ínfimo, podendo essa situação desaparecer assim que o país entrar na tão desejada rota do desenvolvimento sustentado.

Mesmo que a natureza e a direção das mudanças que estamos vivendo no Brasil sejam semelhantes àsquelas dos países centrais, os problemas e as angústias que delas decorrem não são semelhantes. Acredita-se que os mecanismos públicos de bem-estar social, ou seja, as redes de proteção existentes nos países desenvolvidos, fazem a diferença, quando relacionadas com os países nos quais os cidadãos não dispõem das mesmas condições de amparo. O conceito de exclusão, relevante para eles, é descolado daquele da pobreza, inversamente da nossa realidade, em que ela é uma face fundamental da “exclusão social”.

Sem dúvida, a economia brasileira, no passado, não chegou a resolver os problemas tradicionais do mercado de trabalho, pois, durante o pós-guerra, período que marca uma fase do desenvolvimento da industrialização nacional e, por conseqüência, de um vigoroso crescimento econômico e de expansão dos empregos formais, o país perdeu a oportunidade de resolvê-los conforme a experiência das economias centrais. Por conta disso, o Brasil possui hoje um duplo problema a enfrentar no funcionamento do mercado de trabalho: os velhos e os novos problemas (Pochmann, 1998).

Segundo o referido autor, duas dimensões distintas de problemas atingiam o mercado de trabalho até o final da década de 80. A primeira estava associada aos problemas de mercado de trabalho tradicional, típicos das economias periféricas: taxa comprimida de assalariamento, baixos salários, alta informalidade e elevado subemprego.

A segunda dimensão se referia à existência de um desemprego estrutural no Brasil, típico de economia industrializada, ou seja, à medida que o país acelerava os processos de industrialização, de migração rural e de urbanização nacional foi sendo gerado um elevado excedente de mão-de-obra incapaz de ser absorvido pelo movimento de rápida e profunda modernização das forças produtivas.

Esse desemprego estrutural foi se generalizando, sobretudo a partir dos anos 50, quando o país avançou rapidamente na incorporação da matriz produtiva da Segunda Revolução Industrial e Tecnológica, originária do final do século XIX nas economias centrais. Com a maturação do projeto de industrialização nacional, foi possível perceber, já na década de 70, a permanência das diferenças econômicas e sociais regionais, setoriais e locais. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho se mantinha fortemente heterogêneo, com segmentos modernos e outros atrasados (ibid.).

A partir deste quadro, desde a década de 80 ou, mais precisamente, nos anos 90, o Brasil passou a conviver também com problemas de um novo tipo em seu mercado de trabalho. De um lado, surgiram problemas de desestruturação do mercado de trabalho, decorrentes de um longo período de estagnação da renda *per capita* nacional e da implantação de um novo projeto econômico a partir de 1990. De outro, observa-se a geração de uma nova onda de desemprego estrutural, que está associada aos efeitos das rápidas e profundas alterações nas políticas macroeconômicas.

Como se pode constatar, os processos de informalização do trabalho não correspondem a um momento historicamente novo, mas, com a globalização e a fragmentação do mundo do trabalho, eles novamente ganham importância no debate contemporâneo, assim como se colocam no centro das reflexões de integração e “exclusão social” e dos questionamentos do “paradigma” trabalho assalariado.

São Paulo abriga hoje um grande contingente de trabalhadores cujas atividades encontram-se à margem de qualquer regulamentação ou controle por parte do poder público, constituindo o chamado setor informal. Atualmente, os trabalhadores informais representam quase a metade da população ocupada que trabalha e/ou mora no município de São Paulo.² Embora o crescimento do desemprego seja um dos principais fatores responsáveis pelo aumento da informalidade, ele não é o único. Nos últimos anos, a cidade de São Paulo vem passando por mudanças em seu perfil produtivo, tendo diminuído sua capacidade industrial e convertendo-se em uma cidade prestadora de serviços.

² Essas dados foram retirados de Jakobsen, Martins e Dombrowski (2000).

Kon (2001) faz uma observação, dizendo que a economia informal é uma noção cujas fronteiras sociais e econômicas em constante movimento não podem ser entendidas por uma definição restrita. Diferentes conceitos ou definições de trabalho informal são adotados nas análises econômicas, observando-se que as transformações nas definições decorrem das mudanças conjunturais e estruturais pelas quais vêm passando as economias no decorrer do tempo, no processo de desenvolvimento.

Não é possível mais tratar a economia informal apenas como um eufemismo para a pobreza, desde que suas ocupações são formas específicas de relacionamento de produção, enquanto que a pobreza é uma conotação ligada ao processo distributivo.

A referida autora admite que o setor informal é um componente integrante do conjunto das economias e não apenas um apêndice marginal delas. De forma oposta às abordagens desenvolvimentistas mais tradicionais, as observações mais recentes revelam que a tendência do setor informal representa uma nova tendência social, em vez de constituir uma simples situação de atraso a partir de relacionamentos tradicionais de produção.

Aponta Kon (ibid.) que a dificuldade para um conceito mais adequado reside na impossibilidade de enquadrar a mesma definição para diferentes situações, como, por exemplo, “flanelinhas”, vendedores ambulantes e consultores de informática.

De fato, há uma diversidade de conceitos sobre o setor informal desde quando foi criado, no final dos anos 60 e início dos 70, pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), que o concebia como característico da situação de subdesenvolvimento, assim definido:

“Informais” são todas as relações de trabalho do tipo instável, com baixo nível de produtividade e baixos salários, relacionados com a situação de pobreza dos trabalhadores. (...) Caracteriza-se pela sua facilidade na entrada no mercado de trabalho, pela utilização de recursos de origem doméstica, propriedade individual ou familiar do empreendimento, operação em pequena escala, uso de materiais nacionais, os processos produtivos são intensos em trabalho e a tecnologia é adaptada, a mão-de-obra adquire a qualificação fora do sistema escolar normal, atua no mercado competitivo e não regula-

mentado. Além disso, deve se considerar a condição de ilegalidade ou o fato da atividade não ser oficialmente registrada perante o governo. (Rivero, 2000)

Esse conceito foi sendo alterado ao longo do tempo, não cabendo aqui analisar suas diferentes concepções históricas e teóricas, mas vale ressaltar que, a partir dos anos 90, encontram-se enfoques mais dinâmicos, embora eles continuem considerando o setor informal como subordinado e determinado pelas atividades tipicamente capitalistas, ou seja, as atividades informais estão subordinadas aos movimentos da produção formal. No seu sentido mais amplo, entende-se que

(...) processos de informalização correspondem ao conjunto de transformações no mundo do trabalho, à tendência a terceirização, ao crescimento do desemprego, à precarização do emprego assalariado (piores condições de trabalho, rebaixamento dos níveis sociais salariais, flexibilização das relações de trabalho, maior facilidade de rompimento dos contratos etc).

Na versão mais clássica, a informalização aparece vinculada ao empobrecimento dos trabalhadores, ao afrouxamento da proteção legal do emprego, até à ilegalidade das relações trabalhistas e às estratégias de sobrevivência dos mais pobres. (Rivero, 2000)

Dessa maneira, a pobreza, a “exclusão social”, a desigualdade, o subemprego ou trabalho precário e o desemprego parecem caminhar juntos com a situação da informalidade. As atividades informais que hoje se alastram por toda a cidade de São Paulo, nos faróis, nas calçadas, nos terminais de ônibus e metrô, nas praças, nos parques, entre outros, são vistas com descrédito e desconfiança pela sociedade e se deparam, freqüentemente, com problemas de ordem legal e de toda ordem de violência, dificultando ainda mais a sobrevivência daqueles que delas dependem.

Muitos indivíduos que se encontram nessa situação, vítimas de um desemprego prolongado, por falta de instrução e qualificação profissional, enfim, por verem seus direitos trabalhistas desaparecerem, encontram-se em processos de depressão, com sentimentos de fracasso e de baixa estima, chegando a abandonar a família e os amigos e todos os compromissos que a sociedade “formal” lhes impõe. Essa é a realidade de muitos dos moradores de rua em São Paulo.

Nesta direção, Forrester (1996) diz que:

Não é o desemprego em si que é nefasto, mas o sofrimento que ele gera e que para muitos provém de sua inadequação àquilo que o define, àquilo que o termo “desemprego” projeta, apesar de fora de uso, mas determinando seu estatuto. O fenômeno atual do desemprego já não é mais aquele designado por essa palavra, porém, em razão do reflexo de um passado destruído, não se leva isso em conta quando se pretende soluções e, sobretudo, julgar os desempregados. (...) Os desempregados, vítimas desse desaparecimento, são tratados e julgados pelos mesmos critérios usados no tempo em que os empregos eram abundantes. (...) Eles se acusam daquilo de que são vítimas. Julgam-se com o olhar daqueles que os julgam, olhar esse que adotam, que os vê como culpados e que os faz, em seguida, perguntar que incapacidade, que aptidão para fracasso, que má vontade, que erros puderam levá-los a essa situação.

Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, PED, realizadas pela Fundação Seade, em convênio com o Dieese, retratam a situação de desemprego na região metropolitana de São Paulo, nos últimos anos do século XX, conforme se pode visualizar na Tabela 1.

Tabela 1 – Tipo de desemprego na Grande São Paulo de 1995 a 2000

Tipo de Desemprego	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Aberto	9,0	10,0	10,3	11,7	12,1	11,0
Pelo trabalho precário	3,3	3,8	4,2	4,6	5,1	4,6
Pelo desalento	0,9	1,3	1,5	1,9	2,1	2,0
TOTAL	13,2	15,1	16,0	18,2	19,3	17,6

Fonte: SEP, Convênio Seade – Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego, PED.

Esses dados nos permitem concluir que houve, nos últimos anos, um considerável e sucessivo aumento do desemprego, agravado quando se constata que, em abril de 2003, atingiu o percentual de 20,6%, na Grande São Paulo, segundo as mesmas fontes citadas.

Os moradores de rua e suas relações com trabalho

Os moradores de rua em São Paulo fazem parte de todo esse quadro, embora não estejam incluídos nas pesquisas e contagens

oficiais. Ao contrário do que se imagina, 60,4% das pessoas, identificadas em 2000,³ que estavam vivendo nos logradouros da cidade, obtinham dinheiro somente através do trabalho. A esmola constitui a segunda atividade mais importante como fonte de dinheiro para 24,9% delas, registrando-se, ainda, um percentual de 7,7% de moradores que, além do trabalho, também pediam esmola para completar a renda em função do atendimento às necessidades básicas. Foram registrados outros casos, que declararam obter renda por outras fontes, através de parentes, de pensão, aposentadoria, entre outros, e somente 1,2% não possuía nenhuma renda. A Tabela 2 demonstra esses dados.

Tabela 2 – Moradores de rua encontrados em logradouros por fonte de renda (em %)

Fonte de Renda	%
Trabalha	60,4
Pede esmola	24,9
Trabalha e pede esmola	7,7
Outras fontes	5,8
Não tem renda	1,2
Total	100,0

Fonte: SAS/Fipe, 2000.

³ Em 2000 foram recenseados todos os moradores de rua de São Paulo que se encontravam, no momento do censo, nos logradouros da cidade ou nos albergues. Foram identificadas 8.706 pessoas, estando 5.013 nas ruas e 3.693 em albergues. A partir das informações obtidas pelo censo, realizou-se, no mesmo ano, uma pesquisa amostral, de caracterização socioeconômica, com 443 moradores que estavam pernoitando nos espaços públicos da cidade e 119 que se encontravam em albergues.

Observa-se que os dados que fundamentam a análise deste artigo referem-se somente aos moradores de rua que foram entrevistados nos logradouros da cidade, que fizeram parte da amostra.

Tanto o 1º censo como a pesquisa socioeconômica foram realizados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Fipe, para a Secretaria Municipal de Assistência Social, SAS, de São Paulo.

Quanto às atividades que desenvolviam,⁴ 54,1% dos moradores encontrados em logradouros eram ambulantes, formados principalmente por camelôs, doceiros, carroceiros (catadores de papel, latinha, metal, entre outros); 3,7% são biscateiros, formados pelos guardadores de carro, trabalhadores braçais (carregadores, etc); 6,4% são prestadores de serviços, sem especialização, tais como vigias, porteiros, e 2,1% são especializados, como motoristas, eletricitas, pintores, entre outros. Por outro lado, havia um percentual de 31,9% de pessoas que viviam nas ruas e não trabalhavam, sobrevivendo apenas de esmolas e da assistência que a cidade oferece. A Tabela 3 aponta esses dados.

Tabela 3 – Moradores de rua encontrados em logradouros por atividade atual (em %)

Atividade Atual	%
Ocupações agrícolas	0,2
Técnicos e artistas	0,5
Serviços especializados	2,1
Serviços não especializados	6,4
Operários da construção civil	0,2
Empregados domésticos	0,9
Biscateiros	3,7
Ambulantes	54,1
Não trabalham	31,9
Total	100,0

Outro dado importante para a nossa análise é a atividade anterior que os moradores exerceram antes da ida para a rua. A Tabela 4 permite visualizar essa condição.

⁴ A análise das variáveis *atividade anterior* e *atividade atual* foi feita a partir de uma tipologia socioocupacional. As categorias socioocupacionais foram construídas a partir da combinação das variáveis *renda*, *ocupação*, *posição na ocupação*, *setor de atividade* e *grau de instrução*, permitindo classificar a distribuição da população economicamente ativa quanto à sua inserção no mercado de trabalho e na estrutura social da metrópole. Essa metodologia está sendo utilizada no projeto “Metrópole, desigualdades socioespaciais e governança urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte”, através do Programa de Núcleos de Excelência, Pronex, do qual a PUC-SP faz parte, através do Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas.

Tabela 4 – Moradores de rua encontrados em logradouros por atividade anterior à ida para a rua (em %)

Atividade Anterior	%
Ocupações agrícolas	4,3
Artesões	0,9
Técnicos e artistas	0,7
Comerciantes por conta própria	0,5
Empregados de escritório	1,1
Profissionais de nível superior empregados	0,2
Empregados de saúde e educação	0,5
Empregados do comércio	3,2
Serviços especializados	30,4
Serviços não especializados	14,9
Operários de serviços auxiliares	0,9
Operários da indústria tradicional	4,6
Operários da construção civil	19,9
Empregados domésticos	9,6
Biscateiros	2,3
Ambulantes	2,7
Não trabalhavam	3,3
Total	100,0

É interessante observar nesses dados que o maior percentual de moradores encontrados em logradouros se refere àqueles que estavam vinculados a serviços especializados (eletricistas, motoristas, manobristas, sapateiros, pintores, entre outros), chamando a atenção, também, o percentual de 19,9% que trabalharam na construção civil e que, muito provavelmente, dormiam nos próprios canteiros de obra, hoje inexistentes em função das novas técnicas construtivas. Há que se apontar, ainda, a presença de 14,9% que trabalharam em serviços não especializados, 4,6% que foram operários da indústria tradicional, 9,6% que eram empregados domésticos e, ainda, a presença pouco expressiva de biscateiros e ambulantes, cujos índices nos levam a deduzir que, ante a realidade atual, essa atividade não era exercida por grande parte dos moradores de rua. Por último, vale ressaltar que é inexpressivo o percentual de pessoas que não trabalhavam anteriormente. Esse quadro nos leva a deduzir que grande parte da “população de rua” não só perdeu seu emprego como tem hoje um rebaixamento de suas condições de trabalho, quando comparadas com as anteriormente exercidas.

Quando se conhece o tempo em que exerceram a atividade anterior, pode-se verificar que havia uma estabilidade que, de certa forma, garantia uma melhor condição de vida do que a que têm hoje. Entre os moradores em logradouros, 26,2% permaneceram em seus trabalhos por mais de 10 anos, sendo que 8,9% por mais de 20 anos; 21,8% permaneceram de 5 a 10 anos, 26,8% de 2 a 5 anos e 12,6% de 1 a 2 anos.

Tabela 5 – Moradores de rua encontrados em logradouros por tempo na atividade anterior (em %)

Tempo na atividade anterior	%
Até 6 meses	6,2
6 a 12 meses	6,4
1 a 2 anos	12,6
2 a 5 anos	26,8
5 a 10 anos	21,8
10 a 20 anos	17,3
Mais de 20 anos	8,9
Total	100,0

A condição da ocupação atual também é outra variável importante na análise que aqui se faz. O que se verifica entre os moradores encontrados nos logradouros, é que a grande maioria não possui nenhuma estabilidade no trabalho, pois 94,2% deles viviam de bico. Este cenário se encontra na Tabela 6.

Tabela 6 – Moradores de rua encontrados nos logradouros por condição da ocupação atual (em %)

Condição da ocupação atual*	%
Trabalho fixo com carteira assinada	0,4
Trabalho fixo sem carteira assinada	2,5
Trabalho temporário com carteira assinada	0,7
Trabalho temporário sem carteira assinada	1,1
“Bico”	94,2
Outro	1,8

Fonte: SAS/Fipe/2000. Respostas múltiplas.

As informações sobre a frequência com que exercem suas atividades atuais revelam que a semana de trabalho, para 57,1% dos que pernoitam em logradouros, se estende de segunda a domingo.

Ao conjunto de atividades descrito está associada, entre os moradores que pernoitam em logradouros, uma renda média semanal de R\$71,00 com mediana de R\$50,00. O cálculo da renda mensal, transformado em salários mínimos, resulta em 1,8 salário mínimo. O valor encontrado deve ser interpretado com a cautela que a natureza da informação exige. A tabela 7 apresenta a média e quartil da renda monetária do trabalho.

Tabela 7 – Moradores de rua encontrados em logradouros por média e quartil da renda monetária do trabalho

Indicadores estatísticos	Valor
Média	71,00
Mediana	50,00
Mínimo	2,50
Máximo	630,00
Primeiro quartil	25,00
Terceiro quartil	80,00
N	265

Fonte: SAS/Fipe, 2000.

Os dados apresentados nos levam a refletir que, se na formulação marxista o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado. Torna-se “estranhado”, segundo idéia de Lukács. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social, sua realização *no e pelo* trabalho, é pervertido e depauperado.

Segundo Antunes (1997), o processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção da mercadoria e o que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. Desfigurado, o trabalho torna-se meio e não “primeira necessidade” de realização humana.

O trabalhador se relaciona ao produto de seu trabalho como a um objeto estranho. Com base nesse pressuposto, é claro que quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, tanto mais poderoso se torna o mundo dos objetos que ele cria perante si, tanto mais pobre ele fica na sua vida interior, tanto menos pertence a si próprio. (Marx, 1975).

Essa é a condição alcançada por grande parte dos trabalhadores e, entre eles, por muitos daqueles que vivem nas ruas de São Paulo.

Nosso pressuposto é que não há uma única determinação para a existência de pessoas que, sem moradia, sobrevivem nos espaços públicos da cidade. O que se observa é a presença de uma multiplicidade de processos que estão em jogo, de natureza socio-econômica, político-institucional, familiar e individual que encontram seu principal determinante nas condições histórico-estruturais que configuram as desigualdades sociais, a partir das quais são moldadas a pobreza e as demais formas de “exclusão social” em nossa sociedade, embora se acredite que as relações com o trabalho tenham um peso central nesse quadro.

Embora o fato de pessoas vivendo nas ruas, tradicionalmente concebidas como mendigos, andarilhos e “vadios”, não seja um fenômeno específico dos dias de hoje, essa condição de vida adquire características próprias do momento atual. Encontra-se hoje, em São Paulo, um novo perfil de morador de rua que, ao lado dos velhos pobres que se tornaram miseráveis, fruto do agravamento das desigualdades sócio-históricas e da incapacidade do poder público em promover políticas de inserção social, é vítima do desemprego e das condições econômicas e políticas do nosso país e vai se constituindo em um mundo à parte, compartilhando de um mesmo universo espacial e temporal, incluído de forma perversa pela nossa sociedade, sobrevivendo do mercado informal e da assistência social que a cidade oferece e sem perspectivas de um futuro promissor.

Referências

ANTUNES, R. (1997). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez.

- DUPAS, G. (2001). *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo, Paz e Terra.
- FORRESTER, V. (1996). *O horror econômico*. São Paulo, Ed. da Unesp.
- JAKOBSEN, K.; MARTINS, R. e DOMBROWSKI, O. (orgs.) (2000). *Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo e CUT Brasil.
- KON, A. (2001). "A condição da informalidade do trabalho nas atividades terciárias brasileiras". In: PAMPLONA, J. B. (org.). *O Setor Informal*. São Paulo, Educ.
- LESSA, S. (2002). *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo, Boitempo.
- MARX, K. (1975). *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Lisboa, Edições 70.
- PALANGANA, I. C. (1998). *Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista*. São Paulo, Educ.
- POCHMANN, M. (1998). O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional. *Economia e sociedade*, n. 9. Campinas, IE/Unicamp.
- RIVERO, P. S. (2000). *Escolhendo entre fragmentos: qual trabalho seria melhor sendo eu...? Os processos de informalização do trabalho no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- SAS – Secretaria Municipal de Assistência Social e FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (2000). *Primeiro Censo dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo*.
- _____. (2000). *Caracterização socioeconômica dos moradores de rua da cidade de São Paulo*.
- SIMÕES Jr., J. G. (1992). Moradores de rua. *Revista Polis*. São Paulo.

Recebido em ago./2004.

Aprovado em set./2004.